



Uso de metodologias participativas no resgate de saberes e diagnóstico da comunidade de marisqueiras do Povoado Coqueiro / Jandaíra – BA
Use of participatory methodologies in the rescue of knowledge and diagnosis of the shellfish community of Pueblado Coqueiro / Jandaíra - BA

BATISTA, kauane Santos¹; SANTOS, Marcio Eric Figueira²; NASCIMENTO, Mateus Ferreira³; CARVALHO, Allan Oliveira Barreto⁴; FIGUEIRA-SANTOS, A. O. Lima⁵
1 NEA/IFS, cauane.aju@gmail.com 2 NEA/IFS, marcio.fenet.ifs@gmail.com 3 FMA, mateusf1995@gmail.com 4 FMA, barretoallan415@gmail.com 5 CEBAFRA, atolfs80@gmail.com

Eixo temático: Construção do conhecimento agroecológico e dinâmicas comunitárias

Resumo: A presente experiência trata de pesquisa realizada no mês de maio de 2019, com intuito de promover o resgate de saberes e diagnóstico socioambiental e produtivo da comunidade de marisqueiras do Povoado Coqueiro, em Jandaíra – BA. Foram utilizadas Entrevistas Semiestruturadas e Caminhada Transversal, sendo identificadas, além dos perfil da comunidade, três áreas: área 01 – sequeiro, área 02 – apicum e área 03 - alagada. Possíveis soluções como aplicação de técnicas agroecológicas de manejo e conservação de solo, compostagem, utilização dos resíduos de coco e trabalho de educação ambiental visando o reaproveitamento e/ou descarte apropriado de resíduos pesqueiros e domiciliares servem de base para planejamento e futuras ações coletivas sustentáveis.

Palavras-Chave: comunidades tradicionais; agroecologia; desenvolvimento territorial.

Keywords: traditional communities; agroecology; territorial development.

Introdução

O Brasil é dotado de uma das maiores áreas de manguezais do mundo, abrangendo cerca de 1.225.444 hectares em quase todo o litoral (BRASIL, 2009). Autores como Schaeffernovelli (1995 apud. FREITAS et al. 2012), Gil et al. (2007), Nishida et al. (2008 apud. SANTOS et al. 2017) e Oliveira et al. (2017) falam sobre a importância deste bioma no aspecto socioeconômico e para manutenção da biodiversidade, por ser um rico ecossistema costeiro de transição entre a terra e o mar, com função na ciclagem de nutrientes e matéria orgânica dos ecossistemas adjacentes, e por servir, através da pesca artesanal ou extração de ostras (*Crassostrea rhizophorae*), sururus (*Mytella falcata*) e berbigões (*Anomalocardia brasiliana*), como complemento de renda familiar e enriquecimento da alimentação das populações litorâneas. Esta atividade artesanal/extrativista tem por característica ser tradicionalmente feita por mulheres e filhos de pescadores denominados de marisqueiros, sendo, a vida cotidiana das comunidades, organizada a partir dos saberes referentes aos ciclos naturais.

Os resíduos gerados a partir do beneficiamento de mariscos/moluscos em geral representam um grande problema ambiental, devido a não reutilização ou descarte das conchas no próprio local, às margens do manguezal. Lima e Lopes (2016, p.04) esclarece, corroborando com Dias et al. (2007) e Rego Neto e Batista (2014), que



para cada quilo de carne obtido do molusco (*A. brasiliense*) são gerados 16 kg de conchas e que as conchas representam um volume significativo de 75% a 90% do peso total, sendo, assim, necessário o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o modo de vida/relações das comunidades com esta atividade e os impactos ambientais desta cadeia produtiva.

Este trabalho trata sobre o resgate de saberes e diagnóstico socioambiental e produtivo da comunidade de marisqueiras do Povoado Coqueiro, em Jandaíra – BA.

Metodologia

Com a população de 10.331 pessoas (IBGE, 2010) , 40,50% destas na zona rural, 31,23% consideradas extremamente pobres e 54,92% pobres, Jandaíra localiza-se no litoral norte baiano e separada de Sergipe pelo Rio Real, pertence ao bioma Mata Atlântica, sendo cercada pelos municípios de Cristinápolis, Acajutiba, Conde, Umbaúba, Esplanada, Rio Real e Estância-SE (JANDAÍRA-BA, 2013).

A experiência resultou de pesquisa realizada no mês de maio de 2019, na comunidade de marisqueiras do Povoado Coqueiro, em Jandaíra – BA, próximo aos povoados Mangue Seco e Costa Azul, com intuito de observar aspectos socioambientais, produtivos e saberes locais por meio de ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Como demonstrado na Figura 1, uma das ferramentas utilizadas foi a “*Caminhada Transversal*” (VERDEJO, 2010, p.36), no dia 08 de maio, com a participação de 2 pesquisadores e 05 marisqueiros. Ao longo da caminhada foram anotados os aspectos que surgiram pela observação e relatos dos participantes sobre as áreas percorridas, os problemas e possíveis soluções.

Também foi aplicada a ferramenta “*Entrevista Semiestruturada*” (2010, p.29), nos dias 18 e 19 de maio, com a participação de 2 pesquisadores e 15 marisqueiros. A partir desta, foi possível identificar características sociais, produtivas e ambientais na cadeia produtiva do pescado realizada pela comunidade.



Figura 1. Identificação de área de apicum impactada (cascas de mariscos). Fonte: equipe técnica.

Resultados e Discussão

A “*Caminhada Transversal*” possibilitou identificar três áreas distintas e com alguns problemas e possíveis soluções. A área 1 (sequeiro) com solo arenoso, vegetação de restinga, alguns locais de mata em reestruturação, devido utilização para plantios com fins econômicos, fonte de água de poço artesiano coletivo/individual, cultivo de Coco-da-baía (*Cocos nucífera*), criação de galinhas de capoeira e de raças não definidas, problemas com fertilidade do solo, devido ao desmatamento feito para o plantio da cultura do coco.

A área 2 (apicum), solo Hidromórfico, vegetação Halófito (com menor vegetação arbórea), tendo como problemas identificados as residências com casas a menos de 10 metros do Rio Real e produção e descarte de resíduos pesqueiros e domésticos no local. E, finalmente, a área 3 (alagada), com solo Hidromórfico e vegetação Halófito. Grande parte das marisqueiras não fazem a coleta dos mariscos nas áreas próximas da comunidade, alegando que o marisco, como por exemplo o aratu, fica “arisco”, dificultando a captura; trajeto para pesca/coleta de marisco por dentro de propriedades privadas.

Sobre as “*Entrevistas Semiestruturadas*” realizadas com 15 entrevistados, as mesmas revelaram que 80% dos entrevistados foram do gênero feminino e 20% masculino, evidenciando uma atividade predominantemente feminina, 53,33% tem a faixa etária entre 30 à 49 anos, 20% entre 18 à 29 e 26,66% acima de 50 anos. Ainda constou que 66,66% saem para pescar mariscos 3 vezes por semana e 33,33% acima de 3 vezes. 93,33% fazem venda direta e 6,66% por meio de atravessadores. 93,33% comercializam o marisco já tratado e 6,66% não tratado.



100% beneficiam o pescado em casa, 86,66% descartam as cascas e 13,33% não responderam.

Os dados demonstram que 73,33% não tem outra ocupação, 6,66% comercializam coco e peixe, 6,66% são manicure e pedicura, 6,66% diarista e 6,66% processamento do marisco e produção de doces. 3,33% pescam a média de 20 kg de marisco por mês, 6,66% pescam a média de 16 kg, 6,66% pescam a média de 12 kg, 6,66% pescam a média de 35 kg, 13,33% pescam a média de 30 kg, 26,66% pescam a média de 25 kg de marisco. Ainda, 6,66% pescam 30 cordas de caranguejo por mês. 33,33% disseram que comercializam em casas, 52,37% em casas e restaurantes, 6,66% rua. 6,66% disseram que comercializam na comunidade e no povoado Mangue Seco, 73,33% disseram que a média de preço de venda é de R\$30, 20% é de R\$25, 6,66% é de R\$ 8,00 (corda de caranguejo). Sobre o beneficiamento, 6,66% não fazem e 93,33% não responderam.

Sobre a média de preço de venda da casca ou do produto gerado, 86,66% não responderam e 13,33% não vendem casca ou produto gerado da pesca. 6,66% disseram que das cascas dos mariscos é feito adubo para os coqueiros, 20% são descartados na maré, 20% não responderam, 26,66% para o lixo (coleta pública) e 26,66% nos próprios quintais. 100% se tornou marisqueir(o/a) pela transmissão de saberes tradicionais (ancestralidade), pescando até hoje diversos mariscos. 20% especificaram o modo que pescam. Dentre estes: (a) sururu: mão e balde; (b) aratu: linha e balde; (c) camarão: matapi de taquara e de garrafa PET; e (d) caranguejo: mão e ratoeira. 86,66% disseram que a importância do marisco é para o sustento familiar e 13,33% para o sustento e preservação do saber tradicional. Ainda sobre os saberes tradicionais, as marisqueiras falaram sobre o ritual de captura do aratu, que começa com a escolha do local, com a entoação de algumas cantigas e emissão de sons conhecidos como “chama do aratu”.

Conclusões

Vê-se que os saberes tradicionais das marisqueiras auxiliam na preservação da cultura e sobrevivência familiar. A constante produção de resíduos de mariscos, lixo doméstico e descarte inadequado de ambos, interferem no ambiente costeiro. Como possível solução indica-se trabalho de educação ambiental e capacitações visando a conscientização, e o reaproveitamento e/ou descarte apropriado destes materiais.

A aplicação de técnicas agroecológicas de manejo e conservação de solo, compostagem utilizando casca de coco e cama de galinha, utilização dos resíduos de coco para cobertura vegetal surgem como alternativas para área de sequeiro. Os dados obtidos por meio das ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo possibilitam ações de intervenção e o planejamento da comunidade na busca das soluções mais apropriadas para os problemas revelados no local.

Referências bibliográficas

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



BRASIL. Manguezais. Ministério do Meio Ambiente(MMA), Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/manguezais.html>. Acesso em: 16 maio 2019.

FREITAS, Simone Tupinambá; PAMPLIN, Paulo Augusto Zaitune; LEGAT, Jefferson; FOGAÇA, Fabíola Helena dos Santos; BARROS, Roseli Farias Melo de. Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, Área de proteção ambiental do Delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. *Ambient. soc.* vol.15 no.2 São Paulo May/Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n2/06.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019.

GIL, Guacira Maria; TRONCOSO, Jesús Souza; THOMÉ, José Willibaldo. Manual para Manejo e Otimização da Exploração Comercial de Moluscos Bivalves. Porto Alegre: Edição do Autor, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jesus_Troncoso/publication/236133454_Manual_para_manejo_e_otimizacao_da_exploracao_comercial_de_moluscos_bivalves_48_pp/links/00b7d5228691d37e63000000/Manual-para-manejo-e-otimizacao-da-exploracao-comercial-de-moluscos-bivalves-48-pp.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

G. F. LIMA e R. L. LOPES. Impactos ambientais dos resíduos gerados na pesca artesanal de Moluscos bivalve no distrito de Patané/Arez-RN. *HOLOS (IFRN)*, Ano 32, Vol. 4, p.04, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/artur/Downloads/3668-13346-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/artur/Downloads/3668-13346-2-PB%20(1).pdf) . Acesso em: 17 maio 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Jandaíra. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jandaira/panorama>. Acesso em: 08 jun. 2019.

JANDAÍRA-BA. Plano Plurianual 2014 – 2017. *in*: Lei Nº 080/2013, de 05 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jandaira.ba.io.org.br/diarioOficial/download/423/379/0>. Acesso em: 08 jun. 2019.

OLIVEIRA, F. P. de; VIEIRA, N. C.; JÚNIOR, S. R. **As famílias do mangue e suas práticas holísticas**: um estudo no nordeste paraense, Amazônia, Brasil. *Amazôn, Rev. Antropol. (Online)* 9 (1): 316 - 337, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/5493-18428-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019.

SANTOS, Sandra Soares dos; BARRETO, Norma Suely Evangelista; BARRETO, Leopoldo Melo. Cadeia produtiva de ostras no Baixo Sul da Bahia: um olhar socioeconômico, de saúde pública, ambiental e produtivo. *In: Acta of Fisheries and Aquatic Resources*, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/5355-17735-4-PB.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia

Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010, p.29-36. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-25836973759191-DRP_-_Guia_prtico-2649689.pdf. Acesso em: 08 jun. 2019.